

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.780.547 - RJ (2018/0302237-7)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**RECORRENTE : COMPANHIA MUTUAL DE SEGUROS - EM LIQUIDAÇÃO**  
**REPR. POR : MARCIA REGINA CALVANO MACHADO**  
**ADVOGADOS : MAÍRA CONDE TAVARES - RJ202273**  
**ANA CAROLINA CARUSO CARVALHO - RJ197837**  
**RECORRIDO : CAVALCANTI CIA LTDA**  
**REPR. POR : RAFAEL MEDEIROS CAVALCANTI**  
**ADVOGADO : MARIANA FREITAS GROSSO - RJ147931**  
**RECORRIDO : ALEXANDRE DOS SANTOS BRAZ**  
**ADVOGADOS : DARLAN CASSIANO DE ALMEIDA - RJ128213**  
**DÉBORA DA SILVA HENRIQUE - RJ152019**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por **COMPANHIA MUTUAL DE SEGUROS - EM LIQUIDAÇÃO**, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, assim ementado (fls. 313/315, e-STJ):

APELAÇÃO CÍVEL. SENTENÇA QUE JULGA PROCEDENTE O PEDIDO DE COMPENSAÇÃO DO DANO MORAL NO VALOR DE R\$6.000,00 (SEIS MIL REAIS) E DE REPARAÇÃO DE DANO MATERIAL NO VALOR DE R\$113,63, PELO PERÍODO DE 07 DIAS EM QUE PERDUROU A INCAPACIDADE TOTAL DO AUTOR. JULGA PROCEDENTE A DENUNCIAÇÃO À LIDE, CONDENANDO A SEGURADORA AO RESSARCIMENTO, AO DENUNCIANTE, DO VALOR DA CONDENAÇÃO, NOS LIMITES DA APÓLICE. INSURGÊNCIA DA RÉ E DA SEGURADORA. DESPROVIMENTO DOS RECURSOS. Trata-se de ação indenizatória, pelo rito sumário, proposta por Alexandre dos Santos Braz em face de Cavalcanti Cia LTDA, que denunciou à lide a Companhia Mutual de Seguros. Da análise dos autos verifica-se que o Autor sofreu forte pancada na região nasal, trauma e contusão no joelho, grande hematoma e inchaço na face, além de intensas dores por todo corpo, decorrentes da colisão do ônibus da Ré com coletivo de outra empresa. Para corroborar suas afirmações, o Demandante acostou o boletim da ocorrência a fls. 23/24. Frise-se que a Ré não nega o acidente, nem a condição de passageiro do Autor, tampouco as lesões por ele alegadas, limitando-se a afirmar a ocorrência de fato de terceiro. Com efeito, não apresentou a parte Ré qualquer prova capaz de desconstituir os fatos alegados em inicial. Assim, restou incontroversa a condição de passageiro do Autor, e as lesões por ele suportadas em razão da colisão. Cinge-se, pois, a controvérsia, na responsabilidade de a Ré reparar os danos sofridos pelo Demandante. É de sabença notória que no contrato de transporte de passageiros está implícita a obrigação do transportador de conduzi-los incólumes até o seu destino, nos termos do art. 730 do Código Civil. Desta forma, evidente é a falha no serviço prestado pela parte Ré, cujo preposto não agiu com o zelo que seria esperado. Faltou-lhe o dever de cuidado com a integridade física do consumidor, restou desrespeitada, assim, a cláusula de incolumidade. Cabendo salientar que a colisão entre

veículos não caracteriza fortuito externo capaz de afastar o nexo causal, pois inerente à atividade do transportador. Ademais, o documento anexado, boletim da ocorrência, bem como o próprio reconhecimento da Ré da ocorrência do acidente e da condição de passageiro do Autor não deixam dúvidas acerca do nexo causal entre o acidente descrito e as lesões sofridas pelo Demandante. Dano moral configurado e arbitrado em valor adequado às circunstâncias do caso. No que se refere aos danos materiais, melhor sorte não assiste à Ré.

Cumpre destacar que a prova pericial foi dispensada pelo Juízo a quo ante o depoimento do Autor em audiência, à fl. 212 (index 229), no sentido de que teve incapacidade total e temporária por 07 (sete) dias, inexistindo dano estético e redução da capacidade laborativa, não tendo a Ré contestado especificamente tal fato, tampouco produzido prova em contrário. O Demandante demonstrou, à fl. 21, que percebia a quantia de R\$ 487,00 à época do fato. Destarte, o período de sua incapacidade deverá ser indenizado na proporção de 7/30 (sete trinta avos), ou seja, R\$ 113,64, como bem fixado pelo Juízo *a quo*. Por fim, reconhecida a responsabilidade da Ré pelo evento descrito nos autos, deve a Seguradora responder de forma regressiva em relação à segurada, nos limites da apólice.

Opostos sucessivos embargos de declaração, os primeiros embargos foram rejeitados (fls. 419/422, e-STJ); e os segundos embargos foram acolhidos, "para indeferir o benefício da gratuidade de justiça e julgar improcedentes os pedidos de suspensão do processo e de afastamento da incidência de juros e correção monetária".

Em suas razões de recurso especial (fls. 444/470, e-STJ), a recorrente aponta violação aos arts. 98, 99 e 1022, inc. II, do Código de Processo Civil de 2015; 18, alíneas "d" e "f", da Lei nº 6.024/74; e 407 do Código Civil, sob os seguintes argumentos, em síntese: a) existência de omissão no o acórdão recorrido acerca dos temas ventilados nos embargos de declaração; b) necessidade de alteração do termo *a quo* dos juros de mora, que devem incidir a partir do arbitramento da indenização por dano moral; c) que a recorrente faz jus a concessão do benefício da gratuidade de justiça; e d) necessidade de se suspender a fluência de juros e da correção monetária, a partir da data da decretação da liquidação extrajudicial.

Não foram apresentadas contrarrazões, conforme certidão à fl. 488, e-STJ.

É o relatório.

Decido.

A irresignação não merece prosperar.

1. De início, no tocante à aventada violação ao art. 1.022, inc. II, do CPC/2015, a parte recorrente sustenta que o Tribunal de origem, mesmo após a provocação por embargos de declaração, teria permanecido omissa acerca das seguintes questões: (i) que o termo inicial dos juros de mora deve ser a data de arbitramento dos danos morais; (ii) necessidade de concessão da justiça gratuita, em face da recorrente não ter condições de arcar com as custas judiciais; e (iii) necessidade de suspensão da correção monetária e dos juros incidentes após o decreto de liquidação extrajudicial.

No entanto, não assiste razão à recorrente, porquanto clara e suficiente a fundamentação adotada pelo acórdão recorrido para o deslinde da controvérsia. Destaque-se, por oportuno, que as matérias apontadas como omitidas foram objeto de expressa manifestação pelo Tribunal de origem, ainda que em sentido contrário a pretensão recursal, consoante se depreende do seguinte trecho retirado do acórdão recorrido (fls. 439/441, e-STJ):

No que se refere ao afastamento da incidência de juros e correção monetária em razão da liquidação extrajudicial, também não assiste razão à Denunciada.

Destarte, o artigo 18, alíneas "d" e "f", da Lei Federal nº 6.024/74 não veda a fixação de juros e correção monetária, como alega a Seguradora, mas tão somente suspende sua fluência, enquanto o passivo não for quitado integralmente. (...).

Por fim, não deve prosperar o pleito de gratuidade de justiça.

O instituto da gratuidade processual, na acepção jurídica da expressão, constitui benefício que deve ser deferido apenas aos efetivamente necessitados.

Este Tribunal de Justiça já sedimentou o entendimento de que pode o Órgão Judicial exigir a comprovação da hipossuficiência alegada, conforme verbete nº 39: (...).

Na espécie, os documentos de fls. 364/377 – index 364 (relatório da SUSEP) não são suficientes para comprovar a alegada hipossuficiência econômica.

Registre-se, ainda, que o regime de liquidação extrajudicial, por si só, não justifica a concessão do benefício da gratuidade de justiça.

Por se tratar de pessoa jurídica com fins lucrativos, a Ré precisa comprovar a miserabilidade jurídica que justifique a concessão do benefício pleiteado, nos termos do verbete nº 121 da Súmula desta Corte de Justiça.

Portanto, não há falar em omissão, tampouco em nulidade do aresto recorrido.

**2.** De outra parte, no tocante à necessidade de suspensão da correção monetária e dos juros incidentes após o decreto de liquidação extrajudicial, observa-se que a matéria debatida pela parte recorrente encontra-se pacificada nesta Corte nos termos do que decidido pelo Tribunal de origem, no sentido de que "as alíneas "d" e "f" do artigo 18 da Lei 6.024/74 não impedem a fixação de juros e correção monetária, mas apenas determinam a suspensão de sua fluência enquanto não quitado todo o passivo".

Sobre o tema, os seguintes precedentes;

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SEGURO DE VIDA. RECUSA INJUSTIFICADA DA SEGURADORA EM PAGAR O PRÊMIO. 1. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. ABUSO CONFIGURADO. SÚMULAS N. 5 E 7 DO STJ. 2. CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA. SÚMULA N. 83 DO STJ. 3. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

1. Alterar a conclusão do Tribunal local quanto à existência, ou não, de abusividade e configuração de ato ilícito demandaria o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos e a análise e interpretação de cláusulas contratuais, o que se mostra inviável ante a natureza excepcional da via eleita, consoante enunciado das Súmulas n. 5 e 7 do Superior Tribunal de Justiça.

2. É entendimento desta Corte que é devida a correção monetária, mesmo em regime de liquidação extrajudicial, e não há fluência de juros enquanto não integralmente pago o passivo. Por conseguinte, "após a satisfação do passivo aos credores habilitados, e havendo passivo que os suporte, serão pagos os juros contratuais e os legais vencidos durante o período do processamento da falência ou liquidação extrajudicial" (Resp 1.102.850/PE,

Relatora Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, julgado em 04/11/2014, DJe 13/11/2014) 3. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 996.396/RJ, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 09/05/2017, DJe 22/05/2017)

RECURSO ESPECIAL. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL. OBRIGAÇÕES. JUROS MORATÓRIOS. SUSPENSÃO. TERMO INICIAL. DECRETO DE LIQUIDAÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA. INCIDÊNCIA. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. RECONHECIMENTO.

1. Fica suspensa a fluência de juros contra a instituição financeira, sejam legais ou contratuais, a partir do decreto de liquidação até o pagamento do passivo. Na hipótese de sobejar alguma quantia após a satisfação do principal, os juros serão pagos respeitada a ordem estabelecida no quadro geral de credores.

Precedente.

2. A princípio, a Lei nº 6.024/1974 suspendia a incidência de correção monetária sobre as dívidas da instituição financeira em liquidação extrajudicial. Porém, o art. 18, "f", da referida lei foi modificado, no ponto, pelo Decreto-Lei nº 1.477/1976, que prevê a incidência de correção monetária sobre a totalidade das obrigações de responsabilidade das entidades sob regime de liquidação extrajudicial.

3. A distribuição dos ônus sucumbenciais está relacionada com a quantidade de pedidos requeridos na demanda e o decaimento proporcional das partes em relação a cada pleito. O acolhimento de apenas um dos pedidos dentre dois realizados implica sucumbência recíproca.

4. Recurso especial parcialmente provido.

(REsp 1646192/PE, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 21/03/2017, DJe 24/03/2017)

3. Do mesmo modo, no que concerne à concessão da gratuidade de justiça, observa-se que o acórdão recorrido não diverge do entendimento jurisprudencial do STJ, no sentido de que "o direito à gratuidade da justiça da pessoa jurídica em regime de liquidação extrajudicial ou de falência depende de demonstração de sua impossibilidade de arcar com os encargos processuais, o que não ficou afigurado na espécie". Confira-se:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. GRATUIDADE DA JUSTIÇA. PESSOA JURÍDICA EM REGIME DE LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL. HIPOSSUFICIÊNCIA NÃO COMPROVADA. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. A jurisprudência desta eg. Corte entende que é possível a concessão da gratuidade da justiça à pessoa jurídica somente quando comprovada a precariedade de sua situação financeira, não havendo falar em presunção de miserabilidade.

2. O direito à gratuidade da justiça da pessoa jurídica em regime de liquidação extrajudicial ou de falência depende de demonstração de sua impossibilidade de arcar com os encargos processuais, o que não ficou afigurado na espécie. Precedentes.

3. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no REsp 1.619.682/RO, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 15/12/2016, DJe 7/2/2017.)

Destarte, aplica-se aos referidos pontos a orientação prevista no enunciado 83 deste Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que "não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida".

4. Ademais, para infirmar a conclusão do acórdão recorrido, de que "os documentos de fls. 364/377 – index 364 (relatório da SUSEP) não são suficientes para comprovar a alegada hipossuficiência econômica", seria imprescindível o reexame de provas, o que é inadmissível nesta instância extraordinária, nos termos da Súmula 7/STJ.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. GRATUIDADE DA JUSTIÇA. PESSOA JURÍDICA EM REGIME DE LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL. HIPOSSUFICIÊNCIA NÃO COMPROVADA. IMPOSSIBILIDADE DE REVER O ENTENDIMENTO ADOTADO PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. SÚMULA 7/STJ.

1. O direito à gratuidade da justiça da pessoa jurídica em regime de liquidação extrajudicial ou de falência depende de demonstração de sua impossibilidade de arcar com os encargos processuais, o que não ficou afigurado na espécie, não sendo possível rever o entendimento adotado pelo Tribunal de origem, em virtude da Súmula 7/STJ. Precedentes.

2. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO. (AgInt no AREsp 1021128/MS, Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, julgado em 17/08/2017, DJe 30/08/2017)

5. Por fim, no que tange ao termo inicial dos juros, "a jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de ser a citação o termo inicial para a incidência dos juros de mora em caso de responsabilidade contratual, como ocorre *in casu*, em que se discute a responsabilidade da Empresa de Transporte de Passageiros pelo danos causados em razão de acidente envolvendo passageiro" (STJ, REsp 1.645.743/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 18/04/2017).

6. Do exposto, com fulcro no artigo 932 do NCPC c/c Súmula 568 do STJ, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

**MINISTRO MARCO BUZZI**

Relator